



Retorno a Budapeste: Lukács, democracia e realismo*

Return to Budapest: Lukács, democracy and realism

Paula Alves**

Resumo: O retorno de Georg Lukács à Hungria ocorreu em dois momentos distintos: primeiro em 1918, após sua estadia na Alemanha, e depois em 1945, após seu exílio em Moscou. Esses dois retornos marcam diferentes fases de sua trajetória intelectual. O primeiro foi fortuito, enquanto o segundo resultou de uma decisão consciente, refletindo um desenvolvimento. Partindo dessa constatação, a análise que segue busca traçar os elos entre o exílio moscovita e o período subsequente, explorando as "tentativas de realização" que Lukács empreendeu na Hungria e as questões relacionadas com o surgimento da democracia popular no Leste Europeu.

Palavras-chave: Georg Lukács; realismo; democracia popular nos anos 1940.

Abstract: The return of Georg Lukács to Hungary occurred in two distinct moments: first in 1918, after his stay in Germany, and then in 1945, after his exile in Moscow. These two returns mark different phases of his intellectual journey. The first was fortuitous, while the second resulted from a conscious decision, reflecting a process of development. Based on this observation, the following analysis aims to trace the connections between the Moscow exile and the subsequent period, exploring the "attempts at realization" that Lukács undertook in Hungary and the issues related to the emergence of popular democracy in Eastern Europe.

Keywords: Georg Lukács; realism; people's democracy in the 1940s.

“Um tempo estranho esse, no qual uma dimensão fundamental da política consiste em salvar o passado de seu próprio exílio (...).”

Vladimir Safatle, *Alfabeto das colisões*

“Pois seu interesse surgiu de seu desejo de mudar o mundo.

A reflexão contemplativa sempre foi estranha para você.”

István Eörsi, “Gelebtes Sterben”

Já ao final da vida, em 1969, Lukács escreveu um prefácio para uma coletânea de seus artigos e ensaios que tratavam da literatura húngara. Passando em revista as estações de sua tumultuada relação com a cultura de seu país natal, ele identifica

* Agradeço a leitura generosa de Betina Bischof e Dyogo Leão que me permitiu chegar o mais próximo possível de uma versão final desse texto.

** Mestre em teoria literária e literatura comparada pela Universidade de São Paulo. *E-mail:* paulaama@hotmail.com.

pontos de inflexão na sua trajetória que repercutem – tanto positiva, quanto negativamente – tendências significativas da realidade social. A certa altura, então, ele compara os dois momentos em que retorna para a Hungria: o primeiro, em 1918, depois de sua estada em Heidelberg, na Alemanha, e depois em 1945, quando retorna de seu exílio moscovita. O primeiro retorno para casa, mesmo tendo sido fortuito, possibilitou que ele vivesse as repercussões da revolução bolchevique em solo natal e começasse, então, a esboçar os contornos de uma resposta para as perguntas que o ocupavam. Mas ele não havia sido, afirma Lukács, uma “decorrência causalmente necessária de [seu] desenvolvimento prévio” (LUKÁCS, 2023, p. 250). Depois de revisitar momentos-chave do período entre 1918 e 1945, em que ele destaca “a apropriação do marxismo” e da obra de Lênin durante o exílio em Viena, os desdobramentos do movimento ilegal húngaro que vão culminar nas *Teses de Blum* e sua atividade em Moscou (que incluiu colaborações para a *Új hang* [Novas vozes], a “revista da Frente popular húngara”), Lukács conclui:

Como resultado de um desenvolvimento interior fundamental, meu regresso para casa após 1945 de modo algum se assemelha ao acaso que me fez estar presente na Hungria durante a Revolução de 1918. Pelo contrário, essa foi uma decisão totalmente consciente pelo meu retorno e contra a oferta concreta do espaço linguístico germânico. (LUKÁCS, 2023, p. 256; tradução modificada)

Se, em 1918, Lukács acaba afinal por retornar a Budapeste por razões que estavam fora de seu controle¹, no segundo momento, em 1945, isso muda de figura. Esse passo foi o “resultado”, o desdobramento necessário de um “desenvolvimento interior fundamental”. Assim, Lukács retorna para a Hungria de maneira “totalmente consciente”. Mas por quê, qual a linha de continuidade que ele identifica nessa decisão?

Não há maiores indicações a esse respeito no prefácio de onde tiramos a citação, mas, parece-nos, é possível encontrar em suas anotações autobiográficas recolhidas em *Pensamento vivido* uma alusão às circunstâncias que são decisivas para Lukács nesse processo. Ele as escreveu em momentos de pausa de seu intenso trabalho de correção dos manuscritos de *Para uma ontologia do ser social*, quando sua saúde já estava bastante debilitada². Ao terminar

¹ Convencido por Ernst Bloch, Lukács havia se mudado para Heidelberg em 1912. Apesar de sua profunda decepção com a postura do círculo intelectual alemão em relação à I Guerra Mundial, ele considerava a possibilidade de permanecer lá. Seu plano era realizar a habilitação na Universidade de Heidelberg, sob a supervisão de Weber. Contudo, sua tentativa de ingressar na academia alemã foi frustrada, em parte devido a questões de antissemitismo e xenofobia (cf. BAEHRENS, 2023, p. 9), e ele então retorna para a Hungria no final de 1917.

² Afinal, dessa maneira – é o que afirma István Eörsi – Lukács conseguia continuar trabalhando, já que

esse esboço de sua trajetória, Lukács se deu conta de que não teria forças para elaborá-lo, o que explica o caráter fragmentário, por vezes enigmático, dessa seção de *Pensamento vivido*³.

Nesse esboço, ao final da parte correspondente ao exílio em Moscou, cujo título é “Alargamento do campo de conflito”, Lukács registra: “possibilidades. No plano húngaro (VII Congresso) análise do movimento democrático. (a favor democracia popular – crítica liberalismo). Crítica às *Teses de Blum* desapareceu” (2017, p. 210; tradução modificada). Note-se de passagem que, em um parágrafo um pouco acima, Lukács já havia se referido a essa situação, alternando entre comentários sobre a União Soviética e a Hungria:

Digno de nota: esse isolamento (*Literaturnyj kritik* acaba; *Internationale Literatur* frequentemente muito problemática) após o VII Congresso do Comintern: possibilidades húngaras: tendências da frente popular também na literatura de Moscou – tendências para a avaliação correta de orientações intelectuais dentro do regime de Horthy e em defesa ideológica contra fascismo. (2017, p. 209)

Após mencionar que a celeuma entorno das *Teses de Blum* havia desaparecido, o filósofo passa a um plano mais pessoal, quando se refere além do mais a seu encarceramento⁴ e à relação com Gertrude Bortstieber, sua companheira:

Pessoalmente: não sem dificuldade (duas prisões). Apesar disso: humanamente o mais harmonioso: relacionamento com G. Não “embelezamento”, nada de “otimismo”. Mas sensação: não só aproximação do caminho certo (na verdade pretendido): m[arxismo] como ontologia histórica, mas ao mesmo tempo: perspectivas – ideologicamente – de poder realizar algo dessa tendência. (2017, p. 210; tradução modificada)

Então começa a curta seção que contempla o retorno à Hungria e que vai culminar no desastroso “debate Lukács”. Intitulada “Tentativas de realização na pátria”, o filósofo a abre da seguinte maneira: “Regresso à pátria com esperanças. Seu fundamento (muito temporário): tática de Rákosi e Gerő. Isso possibilitado pela bem

“ele não poderia suportar uma vida sem trabalho” (cf. LUKÁCS, 2005, p. 49) e a lembrança demandava menos esforço do ponto de vista teórico do que a outra frente em que estava atuando. Além do mais, era um desejo de sua falecida companheira que ele escrevesse suas memórias.

³ Se alguns aspectos pontuados nas anotações foram contemplados à exaustão na entrevista que é a parte central desse volume, outros não chegam nem a ser mencionados. O período da emigração e do retorno à Hungria correspondem às seções III e IV da entrevista (LUKÁCS, 2005, pp. 103-197; na tradução para o português pp. 95-183). Ali, Lukács expõe diversos aspectos que vão de sua participação na revista *Literaturnyi kritik* até considerações sobre Trotsky, da liberdade de que gozou no seu retorno a Hungria até o início do “debate Lukács”, das relações que tinha nos meios intelectual, político e artístico húngaros etc. Mas justamente essa questão das suas motivações não é abordada do ponto de vista de sua necessidade.

⁴ Na parte de entrevistas Lukács (2005) comenta a respeito em pp. 128-9, bem como em pp. 143-5.

sucedida propaganda de princípios da transição democrática, durante vários anos. (De sua indiferença ideológica – liberdade para mim)” (2017, p. 211).

Não é possível tirar conclusões a partir desse material, que, embora sugestivo, é bastante fragmentário. A despeito disso, parece que é, sim, possível traçar um itinerário a partir dele. Ao acompanhar as reflexões autobiográficas de Lukács, não parece que ele está recuperando o desdobramento de possibilidades, cujo registro capta tanto mudanças na conjuntura mundial quanto os ecos dessas mudanças em sua própria trajetória? Se recuperamos a que essas possibilidades se referem, vemos que, num primeiro momento, elas aparecem mais diretamente ligadas a um acontecimento histórico, o VII Congresso da Internacional Comunista. Em seguida, Lukács amplia o plano em que se delineiam essas tendências promissoras, indicando, por um lado, a percepção de que havia finalmente encontrado o caminho teórico correto, o que ele sintetiza nos termos de um “marxismo como ontologia histórica”. Por outro, ele vislumbrava um momento de abertura em que se tornava possível pôr em prática, no campo ideológico, algo dessa tendência teórica, da “ontologia histórica”, o que parece se concretizar de alguma maneira no momento seguinte de sua vida (marcado, justamente, por “tentativas de realização”).

Lukács encerra assim suas recordações do período moscovita sinalizando uma abertura que se dá tanto no sentido teórico quanto no prático⁵ e começa o seguinte falando de “esperanças” e “realização”. Parece haver aí – nessa altura só é possível enxergar isso em um plano puramente semântico - um arco que liga sua atividade durante os anos de exílio em Moscou e aquela de um momento de sua trajetória que, em geral, é ainda menos conhecido. E talvez essa seja uma das razões que torna um tanto difícil apreender mais concretamente qual seria, no trecho citado acima (que além do mais emprega termos bastante amplos), a relação entre “ontologia histórica” e “poder realizar algo dessa tendência”, e o que isso teria a ver afinal com a “bem sucedida propaganda de princípios da transição democrática”. Essas anotações parecem adquirir, assim, o estatuto de pistas, apontando em uma direção que é preciso investigar e determinar melhor. É o que se busca fazer no que segue: por um lado, entender o que liga o período moscovita ao período subsequente da produção de

⁵ Ao refletir sobre esse momento de transição em sua vida, Lukács destaca tanto possibilidades que dizem respeito à sua atividade política, quanto a seus posicionamentos teóricos, que se encontram, portanto, entrelaçadas. Isso cria uma unidade entre teoria e práxis que, segundo Béla Köpeczi (1989, p. 17), é característica desse período de sua trajetória, quando essa unidade se realiza de maneira mais intensa.

Lukács. Por outro, estabelecer o sentido dessas “tentativas de realização”, ao situar um pouco certas questões com as quais o filósofo húngaro se ocupou intensamente naquele momento.

Lukács em Moscou

No início da década de 1930, já tendo percorrido um longo caminho como intelectual marxista no interior do movimento comunista, é que Lukács pôde concretizar o viés de interpretação que marcará suas leituras de Marx dali em diante. Trata-se, nos seus termos, de um “novo posicionamento”, que foi facilitado por “dois felizes acasos” relacionados com sua temporada de trabalho no Instituto Marx-Engels, em Moscou: o contato com os *Manuscritos econômicos-filosóficos*, de Marx, e o início da amizade com Mikhail Lifschitz (LUKÁCS, 1968, p. 38)⁶.

Ao ler na íntegra os *Manuscritos*, com o qual ele foi um dos primeiros a ter contato, Lukács se depara com uma forma de considerar a objetividade que, embora não estivesse ausente dos outros textos de Marx, só pôde ganhar vulto para ele, chegando a chocá-lo, a partir de um “texto inteiramente novo” (LUKÁCS, 1968, p. 38). É como se esse “novo Marx” tivesse aberto seus olhos – um pouco embotados por uma “interpretação hegeliana de minha lavra” (LUKÁCS, 1968, p. 38) – para o sentido e a importância da objetivação⁷. Trata-se de um passo na direção da apreensão dos fundamentos ontológicos do pensamento de Marx, ou, nos termos de *Pensamento vivido*, uma “aproximação do caminho certo”.

Esse novo caminho também traz consigo consequências para a reflexão estética de Lukács, que passa por um amadurecimento ao longo dos anos 1930. Como é sabido, nesse período ele se ocupou intensivamente de questões relacionadas à literatura e às artes, o que pode ser visto, em larga medida, no contexto maior de seu esforço para fundamentar a ideia de que “a estética [constitui uma] parte orgânica do sistema de Marx” (LUKÁCS, 2017, p. 208). Esse “desejo de aproveitar [seus] conhecimentos nas áreas da literatura, da arte e de sua teoria para a consolidação de uma estética marxista” (LUKÁCS, 1968, p. 39) é o que o aproxima de Lifschitz, com

⁶ Como reforça Ana Cotrim (2016, p. 103), esse desenvolvimento teórico é um *processo* para o qual concorrem alguns fatores. Na literatura secundária, esse “recomeço” ficou conhecido como “virada ontológica”. A esse respeito, cf. Netto (2002, pp. 79 ss) e Vedda (2006, pp. 63 ss).

⁷ Distinta do estranhamento [*Entfremdung*], que seria uma forma de objetivação específica de um momento histórico também específico, a objetividade [*Gegenständlichkeit*] passa a ser entendida por Lukács como uma “propriedade material primária de todas as coisas e relações” (LUKÁCS, 1968, p. 38) e, portanto, como uma determinação da realidade que não pode ser superada.

quem manterá uma amizade por toda a vida. Embora, como pontua Ana Cotrim, Lukács só venha a realizar (parcialmente) esse projeto décadas mais tarde, ao redigir a sua *Estética*, os numerosos textos de crítica literária escritos durante o exílio moscovita não deixam de “representa[r] um passo significativo em direção à construção de uma estética marxista” (COTRIM, 2016, p. 112). Isso porque neles Lukács “alcança a perspectiva do realismo e desenvolve suas questões centrais” (COTRIM, 2016, p. 112). Dessa forma, essa extensa produção em torno dos problemas do realismo não só se baseia nesse “novo posicionamento”, oriundo da apreensão de uma ontologia marxista, como também representa uma oportunidade de concretizar os problemas que emergem a partir dela (cf. COTRIM, 2016, p. 112).

Ao mesmo tempo, durante todo esse período, em suas reflexões sobre literatura e, de um modo geral, sobre ideologia, transparece uma das maiores preocupações do filósofo, compartilhada por tantas outras figuras importantes dentro e fora do marxismo como a questão vital da época: o surgimento do fascismo, sua ascensão em diferentes cantos da Europa e os reflexos disso nas formas ideológicas. A maneira como Lukács aborda esse fenômeno oscila em função da situação histórica⁸ e da avaliação que ele, em sintonia com o movimento comunista internacional, faz dela. Como observa János Ambrus (1993, p. 418), em virtude disso, ele enfrentou retrocessos durante a busca por conclusões corretas:

Basta dizer que aquele que, em 1929, havia desafiado a estratégia do Partido Comunista Húngaro e propôs o estabelecimento de uma ditadura democrática de trabalhadores e camponeses, passou a adotar no início dos anos 30 uma abordagem equivocada do movimento comunista, ou seja, a reduzir os problemas sociopolíticos da época à escolha entre fascismo ou bolchevismo.

Em 1929, Lukács havia levado para o II Congresso do PCH as *Teses de Blum*⁹, em que ele, negando a atualidade de uma transição imediata para a ditadura do proletariado, advogava por reformas democráticas, tendo em vista não só que a onda revolucionária havia se estagnado, mas também em resposta a fenômenos de caráter

⁸ É claro, afirma László Sziklai, que as perspectivas do antifascismo no momento da tomada do poder por Hitler diferem das que se vai ter no início da década de 1940, “quando o exército alemão *ainda* estava diante de Moscou, mas *já* estava de costas para Moscou” (1990, p. 10). Quanto a isso, cf. especialmente Sziklai (1990, pp. 10; 21-25).

⁹ Posteriormente, mesmo tendo dúvidas a respeito do “valor objetivo” dessas “Teses”, Lukács (2023, p. 254) escreve o seguinte: “A despeito de tudo, é um fato histórico [...] que a perspectiva geral das ‘Teses de Blum’ foi confirmada pelo desenvolvimento húngaro; [...] essas Teses foram importantes para o meu próprio desenvolvimento: [...]; aqui eu me tornei pela primeira vez um ideólogo que deriva suas perspectivas da própria realidade – e mais precisamente da realidade húngara.”

fascista que despontavam na Europa. Sua proposta foi duramente derrotada. É possível, como pondera László Sziklai (1990, p. 12), que o “fiasco” das *Teses de Blum*¹⁰ tenha desempenhado um papel nada irrelevante na postura que Lukács passa a adotar no início dos anos 1930, colocando o problema em termos próximos da tese do socialfascismo, que havia começado a ser propagada na década anterior. Dela decorre que apenas o proletariado seria capaz de combater efetivamente o fascismo, no espírito da luta de “classe contra classe”, já que o fascismo seria o “irmão gêmeo” da social-democracia. Essa suposição de que haveria apenas a alternativa entre fascismo ou bolchevismo leva a distorções em muitas das análises que Lukács realiza nesse período, pois, partindo dessa estrutura, ele procura demonstrar a existência de um paralelo entre “a oposição de fachada da socialdemocracia e o comportamento da *intelligentsia* enquanto produtora de ideologia” (SZIKLAI, 1990, p. 14). Consequentemente, continua Sziklai (1990, 13), “qualquer oposição que se erga em uma plataforma burguesa é, por um lado, uma ‘não vontade’ desde o começo fadada ao fracasso e, por outro, uma oposição fictícia que, permanecendo dentro da estrutura burguesa, promove o fascismo *nolens volens*.” Nessa “caracterização da estrutura sociopolítica básica [realizada por Lukács] falta”, ele conclui, “a alternativa de um antifascismo burguês democrático”, que, quando aparece, na melhor das hipóteses, é logo posta em questão de maneira sectária.

Nesse sentido, o VII Congresso da Internacional Comunista, em 1935, foi um marco, também no que diz respeito à trajetória do filósofo húngaro. Nele foi adotada a política da frente popular, que substituiu a tese do socialfascismo enquanto estratégia do movimento comunista. Ao se referir a esse Congresso, Lukács tem em vista a abertura que essa guinada trouxe para ele em seu país natal, tirando-o de seu ostracismo e permitindo seu reingresso no partido húngaro. A partir daí, já não fazia mais sentido condenar as *Teses de Blum*. Sua ideia, cristalizada na defesa da ditadura democrática de trabalhadores e camponeses na Hungria como a realização mais bem acabada da democracia burguesa, ganha um reforço positivo com a política da frente popular, que adota uma estratégia semelhante. Para Lukács, então, o VII Congresso do Comintern representa, como ele registra em *Pensamento vivido* (2005, p. 216), a “queda de [Béla] Kun”, o que torna novamente possível a “cooperação com a Hungria”.

Mas o fato é que a adoção da política da frente popular também foi

¹⁰ A respeito dessa obra e da luta de frações no interior do movimento comunista húngaro cf. Mesterházi (2023).

acompanhada por um redirecionamento de suas próprias posições que, em anos anteriores, já se manifestava aqui e ali de forma mais rudimentar¹¹. Lukács abandona a ideia de que o desenvolvimento da sociedade burguesa em última instância leva apenas à reificação e passa a explorar suas contradições internas de forma mais enfática. Trata-se de uma sociedade cheia de contradições, mas essas contradições são as do progresso. A partir dessa apreensão, Lukács pôde realizar análises mais diferenciadas e complexas das tendências presentes na sociedade e cultura burguesas (cf. AMBRUS, 1993, p. 418), o que também fortaleceu uma consideração mais nuançada do desenvolvimento desigual entre a economia e as formas ideológicas.

Assim, esse deslocamento na orientação antifascista de Lukács pode ser igualmente observado nas posições sobre a literatura que ele assume durante esse período. Se, por exemplo, em “Grand Hotel Abismo”, escrito em 1933, Lukács classifica *A montanha mágica* de Thomas Mann de modo bastante ingênuo como um tipo de romance “ideológico-parasitário”, porque seu autor, preso em uma ideologia decadente, era incapaz de realizar o “salto vital para a classe revolucionária”¹²; cerca de três anos depois, em *O romance histórico*, esse romance é considerado como um dos “pontos altos da figuração” (LUKÁCS, 1965, p. 419) da literatura alemã no período imperialista. E a razão para tanto, como esclarece Lukács, referindo-se ao “problema da missão social da literatura”, é que autores como Thomas Mann “se esforçaram para mostrar figurativamente [gestalterisch] a gênese histórica concreta de seu tempo” (LUKÁCS, 1965, p. 419)¹³. Assim, o romancista alemão é visto como um dos grandes representantes do “humanismo antifascista”, “do protesto humanista contra a barbárie da era imperialista” (LUKÁCS, 1965, p. 319), que se posiciona de maneira decidida em suas obras na “luta entre a reação e a democracia” a favor dessa última.

¹¹ Tanto János Ambrus (1993, p. 418) quanto Lászlo Sziklai (1990, p. 59) mencionam que o texto de Lukács sobre Theodor Vischer contém antecipações da posição sobre o desenvolvimento contraditório do capitalismo que marcará suas elaborações posteriores.

¹² Lukács retrabalhava seus textos antes de publicá-los novamente, seja escrevendo prefácios que situassem essas obras no novo momento histórico, seja fazendo alterações, retirando trechos que já não condiziam mais com suas posições, ou até mesmo se negando a autorizar sua republicação (o caso mais conhecido é certamente o de *História e consciência de classe*). Nesse sentido, não deixa de ser eloquente o fato de que “Grand Hotel Abismo” só tenha sido publicado postumamente (em húngaro, em 1977, em alemão, em 1984), embora Lukács utilize esse termo para se referir a Adorno no prefácio escrito em 1962 para *A teoria do romance*. A publicação em alemão não contém a última parte do texto, “Totentanz der Weltanschauung” [Dança macabra das visões de mundo], justamente a parte onde Lukács realiza esse julgamento sobre Thomas Mann, entre outras coisas. Contudo, ela já havia sido publicada anteriormente, em 1979, na revista húngara *Helikon*, em um número especial sobre literatura e história literária austríacas.

¹³ Lukács analisa esse e outros romances de Thomas Mann de maneira magistral em *Thomas Mann*, que reúne seus estudos sobre o autor escritos entre 1945 e 1955.

Essa mudança, embora se correlacione com a adoção da política de alianças pelo movimento comunista internacional, não expressa uma reorientação meramente tática da parte de Lukács, como se ele simplesmente tivesse passado a aplicar essa bandeira em suas análises literárias. Ele mesmo fornece uma chave mais apropriada para interpretá-la em “Meu caminho até a cultura húngara”. Ali, ele afirma que chegou no VII Congresso depois de já ter participado “ativamente da luta contra o sectarismo literário” e ter “lançado as bases teóricas do realismo socialista” na contracorrente, ainda que de maneira “camuflada”, da orientação de Stálin e Jdanov (LUKÁCS, 2023, p. 255). Frequentemente se menciona as *Teses de Blum* como um antecedente nas elaborações posteriores de Lukács em defesa do “humanismo antifascista”, chegando-se, e não sem toda razão, a estabelecer um nexo direto entre elas¹⁴. Mas, para tanto, omite-se que Lukács também se debateu no campo da análise literária para alcançar uma perspectiva antisectária, ancorada em uma apreensão concreta da realidade histórica. Paralelamente ao amadurecimento de sua concepção sociopolítica, que incorpora em suas balizas a contraditoriedade no desenvolvimento do capitalismo, ocorrem, também, diferenciações importantes em suas concepções estéticas, que permitem que Lukács alcance a “perspectiva do realismo” a partir de uma assimilação dos lineamentos da “ontologia histórica” marxista¹⁵.

Em seu tratamento de obras literárias nessa época, especialmente daquelas de autores alemães, Lukács mobiliza todos esses elementos – a luta entre a reação e a democracia, o protesto humanista contra a barbárie, a figuração realista –, ora de maneira bastante direta, ora como um prisma de análise, como podemos ler em um trecho de “Die verbannte Poesie [A poesia banida]”, de 1942, em que ele comenta um romance de Thomas Mann escrito poucos anos antes:

Carlota em Weimar, de Thomas Mann, é um livro alemão atual em um sentido muito mais imediato. A poesia e filosofia clássicas floresceram em meio à “miséria alemã”. Como reflexo ideológico das preparações e das consequências da grande Revolução Francesa e, acima de tudo, da própria revolução, surgiu aqui um impulso intelectual que ultrapassou essa miséria (embora apenas parcialmente, embora apenas no reino nebuloso da ideologia e não na vida prática) e fez da

¹⁴ Ana Cotrim chama atenção para o fato de que, embora haja uma relação entre os problemas sociais e as elaborações estéticas de Lukács, não deixa de ser questionável estabelecer “uma ligação direta entre questões imediatas, políticas ou de outra ordem, e as opções estéticas que acompanham a teoria do realismo” (2016, p. 86). De fato, na obra de Lukács, essas relações são extremamente intrincadas e já foram muitas vezes mal interpretadas, atribuindo-se motivações de natureza tática a suas análises literárias, que certamente têm outras raízes (cf. COTRIM, 2016, pp. 106-112).

¹⁵ A respeito dos desenvolvimentos nas concepções estéticas de Lukács rumo à “perspectiva do realismo” e a “centralidade da ação” na figuração artística realista cf. Cotrim (2016).

Alemanha, por meio século, o centro intelectual do humanismo europeu.

Por isso, a figura de Goethe é o contraponto necessário e adequado [*gegeben*] ao rebaixamento moral e intelectual da Alemanha. [...] A “reconciliação com a realidade” de Goethe é o mais profundo realismo, a compreensão de que o processo histórico é mais amplo e multifacetado do que o mais sábio ser humano; mas, ao mesmo tempo, é também um ódio a tudo o que é mesquinho e baixo, aos perigos iminentes da escuridão, do obscurecimento, que sobem diariamente e a cada hora da “miséria alemã” e ameaçam o progresso.

Mesmo o Goethe de Thomas Mann sucumbe, por vezes, às influências da “miséria alemã”. Thomas Mann não cria uma lenda, mas extrai da realidade a poesia da verdade histórica. Por isso, seu herói, com todos os resíduos e limitações ressaltados com fina ironia, é o verdadeiro herói alemão na luta da luz contra as trevas. (1956a, p. 113)

Nessa ênfase da figuração realista, concreta, da experiência histórica nas obras literárias torna-se visível o nexos com a plataforma antifascista tal como concebida por Lukács, que aparece de maneira mais explícita, por exemplo, em um artigo publicado na revista *Internationale Literatur*, em 1938, em que ele trata do novo tipo de romance histórico que surge principalmente entre os escritores exilados alemães. Lukács foi um dos primeiros a destacar o papel dos intelectuais na “preparação e na realização das revoluções” (cf. BENSELER, 1984, p. 167), identificando a função compensatória que a ideologia havia cumprido na Alemanha. Mas, quando Hitler chegou ao poder, ele observa que se operou uma mudança na melhor parte da intelectualidade alemã, que adota uma postura ofensiva. Tal mudança se reflete no fato de que o romance histórico do antifascismo alemão surge como uma defesa dos ideais humanistas, mas não para por aí, indo, também, para a ofensiva. Entretanto, o que distingue esse tipo de romance não é só o embate decidido contra o fascismo, que também é realizado, e em alto nível afirma Lukács, de forma panfletária na prosa política dos exilados. Ele é a “contraimagem [*Gegenbild*]” monumental da barbárie fascista, só que essa “imagem [*Bild*] monumental” é, ao mesmo tempo, “poética”:

Mas o significado do romance histórico dos antifascistas alemães reside precisamente no seu aspecto “poético”: eles figuram e dão vida, através de imagens poéticas concretas, àquele tipo humanista de pessoa cuja vitória social denota ao mesmo tempo a vitória social e política sobre o fascismo. Aquele tipo de pessoa cuja universalidade, cuja primazia traz consigo a salvação cultural da humanidade; aquele tipo de pessoa pelo qual a luta contra o fascismo se torna um dever cultural para todos; aquele tipo de ser humano em cujo nome deve prosseguir a luta contra o fascismo, a luta da Frente Popular. (1974, p. 174)

Nesse trecho, é possível entrever quais perspectivas Lukács atrela ao surgimento

do romance histórico naquele momento. Se o romance histórico clássico havia figurado “o crepúsculo do desenvolvimento heroico-revolucionário da democracia burguesa”, o romance histórico que surgia naquele contexto, mesmo com todas as suas limitações, capturava algo novo: “o romance histórico atual surge e se desenvolve em meio à *aurora* de uma *nova* democracia” (LUKÁCS, 1965, p. 422). Ao dizer isso, Lukács tem em vista que a luta pela democracia revolucionária travada pela Frente popular tinha por objetivo defender contra as investidas do fascismo as conquistas do desenvolvimento democrático. Contudo, para fazê-lo de maneira efetiva, precisava ir além da mera defesa e “dar à democracia revolucionária conteúdos novos, mais elevados, desenvolvidos, universais, democráticos e sociais” (LUKÁCS, 1965, p. 422).

Olhando retrospectivamente, essa é uma asserção curiosa, se lembrarmos que Lukács escreveu essas palavras (e outras que soam mais grandiloquentes, como “estamos em meio a um período heroico”) em uma situação de muita tensão, na passagem de 1936 para 1937, quando a II Guerra mundial estava prestes a estourar. Talvez elas sejam uma prova do entusiasmo com que ele recebeu a luta da Frente popular, que ele via como um verdadeiro movimento de massas, observando seus desdobramentos na Espanha, por exemplo. E em qual espaço seria possível representar esse tipo de experiência de maneira mais adequada do que na literatura? Diferentemente do que acontece em outros meios, na literatura realista é possível representar as massas não como um conjunto homogêneo, cujo movimento, ainda por cima, é irracional, mas como a “expressão intensificada da vida popular até então” (LUKÁCS, 1965, p. 366) a partir dos destinos individuais, em que transparecem os grandes problemas da época.

Assim, é bastante razoável considerar que a estética oferecesse para Lukács um espaço privilegiado de reflexão sobre os problemas que o ocupavam, como o fascismo, mas também os problemas ligados ao período de transição (cf. AMBRUS, 1993, p. 417). Desse modo, além de não encontrar respaldo textual, a leitura já convencional sobre a trajetória de Lukács que interpreta a ênfase sobre os temas estéticos durante os anos 1930 como uma retirada tática do campo da política, em virtude da derrota das *Teses de Blum*, deixa de considerar essa dimensão dos escritos sobre literatura, que poderia ser sintetizada, como faz Guido Oldrini (2017, p. 410), na ideia de uma “militância cultural”. Não é verdade que se trata nesse caso de uma retomada de, nem de uma retirada para um campo de estudos que Lukács teria abandonado ao ingressar no movimento comunista. Mas, de fato, a partir do exílio moscovita, Lukács se ocupa

de maneira *constante* com questões relacionadas às artes e, em particular, à literatura. A rigor, notará Ambrus, a ênfase sobre temas estéticos é justamente o que caracteriza a sua produção ao longo dos anos 30. Sem compreender essa porção de sua trajetória, não seria possível avaliar seus trabalhos até 1949 (ou mesmo sua *Estética* de 1963). Ainda de acordo com Ambrus (1993, p. 418), nem mesmo seria possível entender por que Lukács assumiu o lugar de intelectual público ao retornar para a Hungria, ou o que levou a que seu trabalho tivesse o impacto que teve no pós-guerra, tanto no país natal como no estrangeiro.

De Moscou a Budapeste: “esperanças”, democracia popular... e realismo?

Retornando do exílio moscovita “com esperanças”, Lukács atua como um intelectual público, participando ativamente da vida cultural na Hungria¹⁶. Além de assumir uma cátedra na Universidade de Budapeste, de participar como membro de comissões partidárias, de trabalhar na redação da *Forum*¹⁷ e escrever artigos para outros periódicos, ele será uma presença constante em debates nacionais bem como internacionais. É no contexto dessa intensa atividade pública que ele redige entre 1945 e 1947 os textos que compõem *Irodalom és demokrácia* [Literatura e democracia]¹⁸, obra que estará no centro da campanha contra o filósofo iniciada em 1949.

Essa coletânea condensa os esforços de intervenção de Lukács num momento em que a Hungria passava por transformações significativas. Com o fim da II Guerra Mundial e a libertação das regiões ocupadas, a Hungria – assim como outras nações do centro e do sudeste europeus – viu-se diante da necessidade de se reorganizar política e administrativamente. Com o apoio da URSS, inclusive de órgãos militares soviéticos, chega-se ao modelo das democracias populares. A estrutura do novo governo húngaro é então composta pelos comunistas, mas também por outros grupos políticos que haviam participado da coalizão antifascista durante a guerra, como o

¹⁶ Lukács nos fornece uma impressão desse período “tempestuoso” em uma carta endereçada a Lifschitz, de 11 de fevereiro de 1946, em que menciona “[...] uma inflação das mais diversas reuniões e conferências sobre as questões mais heterogêneas, começando com a reorganização da Academia das Ciências e terminando com questões mesquinhas da Associação cultural dos trabalhadores, no meio disso três grandes palestras [...]”.

¹⁷ Lukács tornou-se editor dessa revista em 1946 e publicou por volta de 30 artigos nela (cf. SZABÓ, 1991, p. 484). Em *Pensamento vivido* (2017, p. 153), ele afirma que “a base de toda a *Forum* era o problema da frente popular e, por isso, em todas as questões, o ponto era se a ditadura do proletariado nasceria da frente popular”.

¹⁸ Embora essa coletânea não tenha sido traduzida para o português, utilizaremos daqui em diante para referi-la o correspondente de seu título em vernáculo.

Partido dos pequenos proprietários, o Partido nacional camponês e o Partido social-democrata.

Um dos grandes problemas a se enfrentar era a construção de unidade entre esses diversos campos sociais, tendo em vista que, com o fim da guerra, já não havia mais o inimigo comum, o fascismo. É nesse contexto de governos pluralistas que então surge para os comunistas, como afirma Jaroslav Opat (1987, p. 229), “tanto em termos de práxis política quanto de ideologia, a indicação das vias nacionais específicas para o socialismo”. Na prática isso significava dizer que, com toda a admiração e respeito pelo modelo soviético, a maneira como se deu a transição para o socialismo naquele espaço não possuía validade universal. Por isso, era preciso encontrar caminhos alternativos, “vias únicas nacionais” que levassem em conta a história e demais peculiaridades locais. Até 1948, essa “ideologia da via ‘específica para o socialismo’” (OPAT, 1987, p. 245) também foi sustentada no PC húngaro, já que ainda não era considerada um desvio pela matriz soviética. No seu III Congresso, ocorrido em 1946, o PCH definia a democracia popular justamente como uma etapa de transição rumo ao socialismo, a ser alcançada pacificamente, sem a necessidade de uma ditadura do proletariado¹⁹. Esperava-se que, durante um longo período de transformações democráticas, seria possível restringir o grande capital e direcionar a Hungria rumo ao socialismo a partir de uma aliança com as forças de esquerda que compunham o governo de coalizão (AMBRUS, 1993, p. 420).

Já convicto da ideia de que “não existe uma muralha da China separando a revolução proletária e a burguesa” (LUKÁCS, 2005, p. 117), que é a maneira como ele formula décadas mais tarde a essência das *Teses de Blum*, Lukács entende que, ademais, naquele momento, não havia nem as “precondições objetivas nem as subjetivas” para a instauração do socialismo na Hungria (cf. LUKÁCS, 2013, p. 12). Tais condições ainda precisariam ser criadas, e, por isso, “o caminho orgânico para o desenvolvimento da Hungria era a democracia popular” (AMBRUS, 1993, p. 423).

Na análise de Lukács, a defesa da democracia popular também se inscreve no quadro mais amplo da luta contra a reação. É verdade que o fascismo já havia sido derrotado militarmente, mas Lukács não ignorava o perigo da reorganização, já então mais ou menos latente, das forças reacionárias. Diante dessa dinâmica, ele busca compreender o fenômeno do fascismo, recuperar criticamente as suas raízes, para

¹⁹ Lukács também sustentou a mesma posição quanto à inaturalidade da ditadura do proletariado nesse Congresso (cf. URBÁN, 1989, p. 400).

melhor combatê-lo. Do ponto de vista político e ideológico, ele as faz remontar a uma crise que atravessa todo o período imperialista e foi trazida à tona de maneira irrefutável pelo fascismo: trata-se, justamente, da crise da “democracia de velho tipo”, a “democracia formal capitalista” ou “clássica” (LUKÁCS, 2013, p. 8).

No prefácio escrito em 1947, Lukács (2013, pp. 6-7) afirma, na verdade, que o fascismo surge da crise da democracia tanto em sentido positivo, quanto negativo:

Positivo, na medida em que o fascismo é um sistema imperialista de poder [...]. As experiências do último meio século mostram que, em termos de estrutura política interna, o capitalismo monopolista imperialista abraça o fascismo (ou uma forma parcial de fascismo) precisamente quando e na medida em que não pode mais realizar seus objetivos políticos internos e externos com a ajuda das “regras do jogo” implícitas na antiga democracia. [...] . A causa dessas tentativas [de estabelecer o fascismo] é o movimento das massas trabalhadoras; sua insatisfação com o regime democrático das “duzentas famílias” se manifesta com tanta força que, para manter esse regime (e esse é o verdadeiro conteúdo de classe da democracia formal), novos métodos se tornam necessários.

Já o momento negativo consiste na hegemonia de uma ideologia contrária à democracia ou na “crise ideológica”²⁰, que se relacionaria, por sua vez, com a possibilidade de sucesso de investidas para se estabelecer o fascismo. Ela depende do grau de conscientização das massas e da exploração “de forma antidemocrática” de sua “amargura” com a democracia formal (LUKÁCS, 2013, p. 8).

Lukács procura então explicitar em diversas passagens de seus artigos como esses momentos se articulam. Da mesma forma que em “Visão de mundo aristocrática e visão de mundo democrática”²¹, ele reconhece contraditoriedade no desenvolvimento da democracia “clássica”, que, embora fosse limitada por seu caráter formal, continha em seus ideais de liberdade e igualdade “algumas sementes de democracia” (LUKÁCS, 2013, p. 15). Mas em *Literatura e democracia*, a ênfase recai, sem dúvida, na crítica desse aspecto formal, que nos permite entender o

²⁰ De fato, a crise da democracia, na análise de Lukács, está imbricada em outras crises, de modo que é possível falar de um complexo de crises que, em conjunto, tornaram possível a emergência do fascismo ou até mesmo culminaram nele. Há uma dimensão ideológica, como fica patente a partir do trecho que acabamos de citar, e que Lukács vinha analisando já desde os anos 30. Na apresentação de “O espírito europeu”, Carolina Peters e Murilo Leite Pereira (2021, pp. 2 ss), que também traduziram essa conferência de Lukács para o português, detêm-se na análise desse complexo de crises.

²¹ Essa é a versão escrita da palestra proferida por ele em 1946, no Encontro Filosófico Internacional em Genebra, num período em que Lukács viajava com frequência seja por razões acadêmicas, seja por razões políticas (cf. TAKÁCS, 2021, p. 61). Celso Frederico (1995, p. 185) considera que nessa ocasião Lukács dá voz à posição da “coexistência pacífica”, ao propor “a aliança entre socialismo e democracia, passando por cima das diferenças essenciais entre a democracia burguesa e a socialista etc.”

²¹ Embora essa coletânea não tenha sido traduzida para o português, utilizaremos daqui em diante para referi-la o correspondente de seu título em vernáculo.

funcionamento da democracia nos países desenvolvidos em tempos de normalidade. Como ela é formal, como ela institui a liberdade e a igualdade apenas juridicamente, é possível que, na superfície, a democracia “clássica” esteja funcionando, é possível “colocar em prática todas as suas conquistas e manter precisamente suas ‘regras do jogo’ e, ainda assim, [...] governar contra os interesses do povo trabalhador” (68). Dessa forma, como sintetiza Tyrus Miller (2013, p. XXV), o editor e tradutor de *The culture of people’s democracy*, a “insistência em ‘regras do jogo’ formais (...) pode se tornar um fetiche ideológico para ocultar as inequidades de classe na sociedade”.

É justamente esse conteúdo de classe da democracia formal que se revela quando ocorre um acirramento do conflito. Ela serve, afinal, às “duzentas famílias”²², ao “estrato dominante” (LUKÁCS, 2013, p. 69) ligado ao capital monopolista, garantindo a continuidade do seu domínio. Por isso, pode-se dizer que a velha democracia é fundamentalmente antipopular. Nela, *necessariamente*, as massas são alienadas de formas genuínas de participação, são *necessariamente* excluídas das questões públicas que afetam diretamente sua vida cotidiana, cumprindo um papel decisivo apenas na realização de formalidades: “As grandes massas são utilizadas, através de eleições periódicas, para dar uma base formal e democrática a um conteúdo antipopular” (LUKÁCS, 2013, p. 69). A consequência disso é sua insatisfação com o sistema, com o “regime democrático das ‘duzentas famílias’” (cf. LUKÁCS, 2013, pp. 6-7).

Não raro, as massas expressam seu descontentamento, o que provoca a reação do campo contrário, que procura desmobilizá-la (cf. LUKÁCS, 2013, p. 69). Mas a insatisfação, na análise de Lukács, não aparece apenas como um fator de movimento. Tendo em vista seu conteúdo de classe, ela comporta, também, a impossibilidade de reconhecimento da democracia formal por parte das massas de trabalhadores, o que, como foi revelado pela chegada do fascismo ao poder, torna todo esse edifício bastante frágil. Pois, na medida em que não podiam reconhecer essa democracia como algo seu, como “seu próprio reinado”, na medida em que “esse reinado não poderia ter exercido qualquer atração sobre as massas trabalhadoras, [...] assim, elas podiam cair sob o primeiro ataque do fascismo quase sem resistência” (LUKÁCS, 2013, p. 68).

Não é possível, e nem desejável, retornar a essa democracia. A saída da crise,

²² Em nota, Miller esclarece que esse “slogan das ‘duzentas famílias’” remete a sua origem na frente popular; ele seria, de acordo com Malcolm Anderson, um “mito político popular da esquerda” surgido nos anos 1930 que dominou a França e cujo impacto se prolongou por muito tempo (LUKÁCS, 2013, p. 68).

no entanto, também não estaria em uma mera negação. Lukács constitui seu ponto de vista crítico a partir de um duplo movimento, evitando o falso binarismo próprio da ideologia burguesa. Ele se recusa a hipostasiar a forma de democracia que se desenvolveu nos séculos XIX e XX, como se essa fosse o “modo clássico, ou até mesmo o único modo possível no qual o ideal democrático poderia se manifestar” (LUKÁCS, 2013, p. 67)²³. Ao mesmo tempo, ele se distancia daqueles críticos que extraem dessa percepção de uma crise a necessidade de abandonar *qualquer* forma de governo democrático, que negam a democracia em geral, inclusive a democracia proletária. Ao ficarem presos a uma forma imediata de reação, atribuindo erroneamente à democracia contradições e limites que na verdade são constitutivos da sociabilidade capitalista, eles não só alimentavam as tendências reacionárias que ainda fermentavam na sociedade, mas também eram incapazes de enxergar as verdadeiras possibilidades do presente. E isso é ainda mais desastroso se levarmos em conta que, de acordo com Lukács, o conjunto da vida social se encontrava naquele momento na soleira de grandes mudanças. “Uma nova cultura democrática está tomando forma em toda a Europa” (LUKÁCS, 2013, p. 12), dirá ele, em termos muito próximos daqueles que empregou em *O romance histórico*. Seus primeiros sinais já eram perceptíveis e traziam a promessa de uma vida renovada. A nova democracia não era, a seu ver, uma utopia e essa perspectiva anima seu diagnóstico.

Embora a democracia popular surja como uma resposta e uma possível saída da crise da democracia formal, ambas se desenvolvem no interior da mesma formação econômica, já que as bases do capitalismo, e particularmente a propriedade privada, continuariam a existir na democracia popular. Ainda que Lukács (2013, p. 149), mencione a necessidade de se tomar medidas para restringir o poder do capital monopolista e romper o seu “domínio exclusivo”²⁴, ainda que a propriedade privada continue a existir “dentro de limites e sob controle”, como ele ressalva a certa altura (LUKÁCS, 2013, p. 189), a base real sobre a qual se ergue a democracia formal não é propriamente suprimida. Isso traz limitações que ficam ainda mais evidentes quando se compara as possibilidades da democracia popular com as que existem no

²³ Isso explica as aspas quando ele se refere à democracia “clássica”.

²⁴ Lukács (2013, p. 149) considera isso como o “objetivo primordial e imediato” da nova democracia no campo da política econômica. É o que tornaria reais as possibilidades sociais que ele discute em seus artigos, havendo já naquele momento transformações na base econômica que apontavam nesse sentido.

socialismo²⁵. A democracia popular não pode, portanto, ser vista como a solução definitiva, mas como uma forma de transição adequada naquele momento.

Para Lukács, contudo, nada disso impede que a democracia popular se coloque como a tentativa de instaurar algo novo, com base “na transformação política, econômica e social” (LUKÁCS, 2013, p. 5). Ela representa um passo adiante, e até mesmo um passo na direção do socialismo – num caminho mais lento e que, talvez, envolvesse “menos sacrifícios” (LUKÁCS, 2013, p. 189) –, na medida em que tem por objetivo superar as limitações formais da democracia “clássica”:

Embora o caráter do sistema capitalista de produção não tenha sido abolido, a democracia popular adota como meta que, nessa sociedade, a *intelligentsia* trabalhadora, os trabalhadores e os camponeses não devam meramente possuir de maneira legal a liberdade ou a igualdade, mas, sim, de uma vez por todas, receber garantias institucionais de que podem realmente viver nessa liberdade e igualdade nas questões importantes de sua existência cotidiana. (LUKÁCS, 2013, p. 32)

Lukács tem em vista “mudanças nas posições decisivas do poder econômico” e “mudanças na relação entre a vida do estado e economia”, as quais passariam a incorporar elementos de uma democracia direta²⁶ em estruturas de poder e governança que antes eram blindadas contra a participação popular. Assim, a nova democracia poderia inverter o “real conteúdo de classe” da democracia formal e dar um passo adiante: “em vez da regra anônima de “duzentas famílias”, surge a liderança aberta da vida econômica por meio de organizações populares” (LUKÁCS, 2013, p. 193). Graças a essa mudança, ideais que foram alimentados em revoluções democráticas anteriores (como a liberdade ou a igualdade), mas que não passaram de uma “mera proclamação” ou “de sua codificação legal”, poderiam se tornar realizáveis no dia a dia das massas trabalhadoras: “a estrutura política e social interna das novas democracias, se realmente implementada, torna viáveis os ideais democráticos revolucionários anteriores, os quais, ao serem concretizados, também preparam o caminho para a irmandade socialista dos povos” (LUKÁCS, 2013, p. 210).

Mesmo com todas as limitações, uma “democracia fundada nas massas”, isto é, “a participação permanente, ininterrupta, organizada e direta das massas em todos os

²⁵ Isso fica claro, por exemplo, na questão do planejamento econômico (cf. LUKÁCS, 2013, p. 192).

²⁶ Urbán (1989, p. 397) observa que, justamente nesse “ponto essencial” da democracia direta, a concepção de Lukács desviava-se da linha defendida inicialmente pela maior parte dos líderes do PCH. Lukács tece algumas considerações sobre a democracia direta, relacionando-a com a democracia proletária, em “Literature and democracy II” (2013, pp. 67-73).

terrenos da vida pública” (LUKÁCS, 2013, p. 72), traz algo que é fundamental do ponto de vista da visão de mundo marxista. O desenvolvimento da sociedade burguesa acarreta “a diminuição da dimensão-cidadã da pessoa”. Há, nesse processo, uma “necessidade objetiva”, mas, na medida em que “a natureza múltipla e abrangente do ser humano não pode ser alcançada sem a participação ativa na vida pública”, ele significa uma “mutilação” (LUKÁCS, 2013, p. 202). E é com isso, também, que a nova democracia busca romper, criando “passagens reais, dialéticas entre vida privada e vida pública”:

Claro, uma pessoa sempre faz parte da vida pública. E esse aspecto do desenvolvimento social torna-se particularmente intenso na crise do imperialismo, mas [...] apenas na medida em que o indivíduo privado, de forma consistente e em um grau crescente, se torna um objeto de sofrimento da vida pública. [...] Na nova democracia, no entanto, ocorre aquela virada em que a pessoa participa dessas conexões entre a vida privada e pública não como um objeto de sofrimento, mas como um sujeito ativo. (LUKÁCS, 2013, p. 202)

Essa passagem da pessoa privada de um “objeto de sofrimento” para “sujeito ativo” no interior da vida pública é um dos pontos que sempre retorna nos artigos de Lukács reunidos em *The culture of people's democracy*²⁷. Ele entende que, por um lado, no próprio processo de forjar as mudanças, de participar na criação de novas formas de vida, esse novo tipo de ser humano, cuja vida individual cotidiana passa então a “engloba[r] organicamente a vida pública” (LUKÁCS, 2013, p. 78), produz-se a si mesmo. Não se trata, portanto, de esperar algum tipo de messias ou o surgimento do novo ser humano para só então começar, “sem qualquer fricção”, a transformação da sociedade. Por outro, Lukács atribui à cultura entendida num sentido amplo e, especialmente, à literatura, um papel de proa no processo de preparação ideológica. Seus motivos, que são mais ou menos evidentes, é preciso compreender melhor.

Partindo, da mesma forma que na discussão sobre a democracia, de um diagnóstico de crise, tanto de uma crise ideológica, quanto de uma crise da cultura propriamente dita²⁸, Lukács não se contenta em identificar suas raízes ideológicas para

²⁷ Talvez T. Miller tenha razão quando afirma que a lentidão das transformações da base econômica na Hungria teria permitido a Lukács uma mudança de ênfase. Ao invés de se perguntar como acelerar a industrialização para criar as bases necessárias para o socialismo em um país fundamentalmente agrário, Lukács se volta então sobretudo para o problema do fator subjetivo: “Como os seres humanos necessários para uma nova ordem social podem surgir nessa situação de transição?” (MILLER, 2013, p. XIX). Nesse sentido, ele destaca a importância da autoeducação para uma humanidade autêntica que se cristaliza na noção de Lênin do hábito (cf. por exemplo pp. 29 ss).

²⁸ Trata-se, na verdade, de crises conexas: a ausência de um verdadeiro conteúdo democrático na vida social leva à disseminação de um sentimento de mundo eivado de elementos reacionários; ele se expressa, fundamentalmente, numa visão de mundo aristocrática, para a qual, inclusive, a “massificação”

reverter esse quadro. Ele se volta, como afirma Béla Köpeczi (1989, p. 27), para a “organização da revolução cultural na prática”²⁹, ajudando a pôr de pé um programa cultural que marcou todo o período, embora não tenha alcançado mais do que resultados parciais (cf. KÖPECZI, 1982, p. 83). “Até o presente momento”, Lukács afirma, “os trabalhadores foram excluídos da cultura nacional. Agora, eles são chamados a renovar a cultura, a levá-la a um novo florescimento” (LUKÁCS, 2013, p. 161). Era preciso tomar posse da cultura efetivamente, tornar “a aquisição da cultura e o progresso na vida cultural acessível para *todos*” (LUKÁCS, 2013, p. 19), o que se mostrava problemático tendo em vista as condições³⁰ em que se encontrava a maior parte da população (falta de tempo, índice de analfabetos etc.). Assim, nessa frente, a primeira tarefa que se coloca para a democracia popular é a do acesso universal à cultura e da melhoria da educação fundamental.

Mesmo enfatizando a importância dos organismos estatais e civis, Lukács considera que, para renovar a cultura, é preciso muito mais do que isso: “precisamos de um novo conteúdo para toda nossa atividade, para que possa haver uma cultura do povo trabalhador, dos trabalhadores e dos camponeses” (LUKÁCS, 2013, p. 23). É preciso, portanto, criar uma nova cultura. Mas em que direção essa cultura se desenvolve, em que medida ela é nova? Ela é nova no sentido de que rompe com certas tendências antidemocráticas características da cultura capitalista, mas nova

é a verdadeira causa da crise da cultura moderna. Isso gera, para Lukács, falsos extremos na cultura capitalista, que ele sintetiza formalmente em duas posições: a “torre de marfim” e o *kitsch*. Ambas “expõem o desaparecimento ou ao menos o obscurecimento de problemas fundamentais da sociedade e da visão de mundo” (2013, p. 16). Mas, enquanto o *kitsch* “é a exploração comercial do distanciamento das grandes massas da verdadeira cultura” e os setores de produção capitalista de bens culturais extraem sua porção de lucro “com a preservação e a extensão do atraso cultural”, a “torre de marfim” ou a “arte pela arte” se apresenta como uma reação a isso, como um retiro para fora desse jogo sujo em favor da “arte pura”. A essas posições correspondem dois tipos humanos, que resultam igualmente na “ausência de defesa”: “de um lado, a total falta de capacidade de resistir às tendências destrutivas da sociedade em relação à cultura; de outro, um recuo obstinado e a retirada para dentro de si mesmo” (2013, p. 16).

²⁹ Béla Köpeczi menciona nesse sentido um artigo de Lukács publicado em 1948, na revista Szabad Nép, que teria sido sua última declaração concernindo questões da política cultural. Ali ele trata das novas possibilidades que surgem com a estatização no campo da cultura. Fica claro que a mera estatização, embora ela permita a ampliação do acesso aos bens culturais, não é suficiente; é preciso orientar esse desenvolvimento, tarefa que Lukács outorga principalmente, ao que parece, à “ação consciente dos marxistas” (KÖPECZI, 1993, p. 27). Ao mesmo tempo, na medida em que tal direcionamento poderia levar a uma “uniformização”, Lukács também destaca a necessidade de se garantir um “espaço para a personalidade”.

³⁰ Se é verdade que, “em princípio, o sistema de produção capitalista oferece a todos o acesso desimpedido à cultura”, na prática, observa Lukács, “as bases materiais da cultura capitalista são tais que a esmagadora maioria não se encontra atualmente em nenhuma situação (e realmente não pode chegar a uma) em que possa ter uma relação produtiva com os valores culturais; e, especialmente, não está em posição de gerar tais valores” (LUKÁCS, 2013, p. 15).

também no sentido de que reavalia e “reanima” certas tendências da tradição nacional: “o que até agora tem sido o avanço de gênios individuais isolados, um assunto individual deles, agora deve se tornar o bem fundamental e conscientemente promovido de toda a cultura” (LUKÁCS, 2013, p. 23). Os obstáculos ao acesso aos bens culturais em geral são um problema que surge em virtude das condições capitalistas de produção. Mas o que Lukács tem em vista, aqui, é algo mais específico: trata-se da constituição de uma tradição nacional ligada à vida popular, em que está suspenso o dualismo entre a pessoa privada e o cidadão, naqueles lugares onde vigoram regimes antidemocráticos ou autoritários. Estes, afinal, não suportam que “a realidade seja exposta abertamente, nem na vida pública, nem na literatura” (LUKÁCS, 2013, p. 48).

Lukács analisa o caso de alguns países (nesse momento do texto, por exemplo, ele compara a Alemanha pré-1918 com a França), mas seu ponto de fuga são as peculiaridades do desenvolvimento húngaro e suas consequências para a organicidade (ou não) da cultura nacional. “Se olharmos para o desenvolvimento da literatura húngara”, ele pontua mais a frente, “teremos que afirmar que ela nunca passou pelo período do grande realismo, entendido no sentido francês e russo” (LUKÁCS, 2013, p. 50). Houve, contudo, um realismo particular, húngaro, não só na matéria, mas também na forma. “Ele surgiu das condições húngaras específicas da década de 1840”, dirá Lukács (2013, p. 51), referindo-se tanto à radicalidade da revolução democrática húngara, quanto à sua imaturidade, ao fato de que “essa revolução não teve uma base urbana, burguesa e plebeia determinando sua direção” (2013, p. 51). Ela sofreu, então, uma “derrota aniquiladora” em 1849, o que teve efeitos profundos sobre todo o desenvolvimento subsequente, inclusive, como não poderia deixar de ser, sobre o da literatura, já que o caminho adotado para a modernização social foi o da via prussiana:

O caminho do capitalismo, o caminho de se tornar burguês, o caminho da civilização na Hungria foi, para nos valermos da expressão de Lênin, o caminho prussiano: o capitalismo cresceu entre os vestígios do feudalismo sem eliminá-los e o desenvolvimento posterior da ideologia correspondeu precisamente a essa estrutura social. Quanto mais profundas eram as contradições internas na estrutura da sociedade húngara, mais fascinante se tornava o tabu da questão da opressão e da exploração. (LUKÁCS, 2013, p. 251)

Com base em compromissos, durante um bom tempo foi possível manter intocadas as relações dos grandes proprietários de terra, a despeito da progressiva capitalização da economia: esses atores pactuaram entre si, gerando um equilíbrio bastante instável entre os grandes proprietários fundiários e o capital financeiro,

selado formalmente no “Compromisso de 1867”. Dessa forma, a Hungria teria ficado de fora da cultura democrática que começava a tomar (em parte ao menos) a Europa. Após a revolução fracassada, o capitalismo avançava economicamente, mas politicamente e socialmente não havia uma democracia moderna ou cultura urbano-burguesa capaz de unificar e direcionar o desenvolvimento do país (cf. LUKÁCS, 2013, p. 52). Para Lukács, quanto ao aspecto que nos interessa, o fator decisivo foi então a permanência da “*gentry*” enquanto classe dirigente em um momento em que, do ponto de vista sócio-histórico, isso já era anacrônico. Se, “na era da reforma pré-1848, eles constituíram merecidamente o estrato dirigente e orientador da renovação nacional”, com o desenvolvimento do capitalismo, a “*gentry*” se torna cada vez mais um estrato parasitário. E o que acompanha esse parasitismo é uma “decadência interna”, que se expressa tanto na moral, quanto na cultura (cf. LUKÁCS, 2013, p. 53).

Lukács menciona como essas contradições internas, ou o “desenvolvimento doentio”, como ele diz em alguns momentos, baseado em compromissos que se seguem a uma revolução fracassada, paralelamente fazem medrar um tabu em torno das questões nacionais relevantes. Comparando-o com o compromisso de classes na Inglaterra, Lukács mostra como essa circunstância trágica em que ele se dá na Hungria conflui de maneira peculiar no desenvolvimento nacional, organizado conseqüentemente em torno de um pacto de silêncio:

A particularidade do desenvolvimento húngaro é um tipo de “lenga-lenga”, em muitos aspectos diferente do inglês, um tipo de hipocrisia peculiar cultivada em solo nacional húngaro. Seu pacto geral entre “os poderes constituídos” reside na opinião de que falar sobre as questões verdadeiramente decisivas da nação húngara não é permitido, não é possível, não é apropriado ou não é “digno de um cavalheiro”. Essa pressão social é tão forte que não são poucos os ideólogos bem-intencionados que, instintivamente, pretendem se opor às conseqüências, aos detalhes ou aos sintomas, mas que, mesmo assim - também instintivamente - evitam considerar e se pronunciar sobre a questão verdadeiramente decisiva da realidade húngara. (LUKÁCS, 2013, pp. 250-1)

Diante desse desenvolvimento político atrofico e que tende ao oportunismo, torna-se tão maior para Lukács (1984, p. 376) a relevância da “verdadeira literatura”, seu peso no desenvolvimento nacional, sua “responsabilidade”, como ele já havia afirmado um pouco antes, em 1944. À diferença de países verdadeiramente democráticos, com tradições democráticas já antigas, em que “as questões permanentes e cotidianas são desenvolvidas e articuladas por um movimento democrático vivo (partidos etc.) da forma mais vigorosa e decisiva” – é preciso lembrar

que Lukács (1984, p. 367) escreve essas palavras pouco antes do fim da guerra, vislumbrando quais os caminhos desejáveis para a libertação enquanto as tropas alemãs ainda não haviam desocupado o território húngaro – ali, “onde não há nem houve democracia, onde as massas sofrem e perecem sob a opressão reacionária (não importa se nessa época existe algum parlamento falso como um biombo), e onde o veneno entorpecente e desmoralizante do fascismo penetrou nas grandes massas” caberia à *literatura* veicular as ideias democráticas. E seria possível notar esse tipo de realização literária no desenvolvimento húngaro, em que o “antigo engajamento social da literatura húngara” funcionava como um “porta-voz” dessas ideias, e traçar uma linhagem de resistência:

a grande literatura húngara, de Zrinyi a Ady, ou, de minha parte, a Attila József, levantou as questões nacionais de maneira mais convincente e detalhada, e até mesmo mais política do que a própria vida política húngara (excetuando-se alguns raros e muito breves episódios), e muitas vezes as resolveu. (1984, p. 368)

Ou seja, a literatura (ou certa literatura) seria capaz de dar voz às grandes questões nacionais, que, de outra sorte, permanecem ocultas no “cinza do dia a dia” – ao menos até o irrompimento de uma crise (cf. LUKÁCS, 1984, p. 368) –, seguindo o rito de silenciamento dos problemas nacionais na esfera pública. Em um tom talvez menos grandiloquente, encontramos afirmações semelhantes em *The culture of people's democracy* a respeito da função social da literatura ou de sua “vocaçãõ”:

Não é tarefa da literatura dar uma *resposta* concreta às questões concretas da sociedade e da política. Ao mesmo tempo, contudo, a verdadeira grande literatura realista cumpre uma poderosa vocação social e facilita para a sociedade a descoberta do caminho até as respostas adequadas, à medida que revela as *bases humanas, sociais, espirituais e morais dos novos problemas*. (LUKÁCS, 2013, p. 61)

Não é por acaso, portanto, que ela ocupa um lugar central nas reflexões de Lukács sobre a democracia popular e seu futuro. Como afirma Miller:

A literatura se torna, para Lukács, o principal campo de treinamento e meio educacional para moldar os sujeitos populares-republicanos e protossocialistas da nova democracia. Lukács torna essa conexão explícita, em que projeta um novo espaço público no qual os debates sobre literatura estão no centro, e sua própria intervenção em *Literatura e democracia* e as palestras e ensaios públicos relacionados têm a intenção explícita de envolver e aprofundar esse autoesclarecimento público [...]. (2013, p. XX)

Uma visão semelhante sobre a literatura e seu caráter formativo era

compartilhada pelo próprio PCH³¹, que, no que dizia respeito ao trabalho ideológico, atribuía um papel proeminente às expressões literárias e artísticas (cf. SZABÓ, 1984, p. 485). Até 1948, no entanto, o partido ainda não contava com um programa oficial voltado exclusivamente para a cultura (cf. TÓTH, 1989, p. 484). Durante esse período, suas diretrizes culturais eram baseadas nos princípios da revolução cultural formulados por Lênin, buscando formar uma frente literária unificada com ênfase na influência dos comunistas (cf. KÖPECZI, 1982, pp. 79; 87). A estratégia do partido para a cultura naquele momento consistia, portanto, em um desdobramento da política de coalizão e nessa frente também se encontravam dificuldades na construção de plataformas comuns. Assim, para se ter uma ideia, o programa adotado por Dezső Keresztury, ministro da cultura de 1945 a 1947 e próximo dos escritores populistas, foi alvo de forte oposição tanto por parte dos social-democratas, quanto do núcleo dos urbanos³². De acordo com Béla Köpeczi, ao se confrontar com essa situação, o Partido Comunista Húngaro priorizou a construção de alianças: mesmo não dissimulando “as divergências ideológicas, permit[iu] deliberadamente que elas se apaguem diante de um interesse político mais geral”. Era preciso aproximar intelectuais, artistas e escritores – sobretudo aqueles próximos dos populistas (KÖPECZI, 1982, p. 87) – e estabelecer as bases para uma cooperação, mesmo que eles se considerassem distantes do marxismo.

E Lukács parecia a figura ideal para realizar isso. Mesmo que não tivesse qualquer função oficial no partido, ainda assim ele estava destinado, de acordo com Ambrus (1993, p. 419), “a assumir um papel importante na formação e popularização da cultura e da política comunistas em relação à *intelligentsia*”. Já desde o final da década de 1930, ele acentuava a importância da ideia da frente popular enquanto norte de uma plataforma cultural antifascista³³. Além disso, não podemos nos esquecer que ele trazia uma extensa reflexão sobre o papel (também político) dos intelectuais.

³¹ Cabe lembrar que, assim como Lukács, os partidos comunistas de um modo geral viam a revolução cultural como um “fator essencial da transformação e do desenvolvimento da nova sociedade” (KÖPECZI, 1982, p. 80).

³² Na primavera de 1945, Dezső Keresztury se torna ministro da cultura, seguindo uma concepção populista. De acordo com Béla Köpeczi (1982, p. 87), à sua política cultural “os social-democratas opuseram as tradições da cultura operária dos sindicatos; os intelectuais, e especialmente uma parte oriunda de Budapeste, opunham a ela um antifascismo que condenava o misticismo camponês de parte dos escritores populistas, sua hostilidade às cidades, seu antissemitismo e a colaboração contraditória de alguns deles com o fascismo. Numerosos escritores e artistas ditos urbanos, que haviam refletido nos anos 20 e 30 a tendência vanguardista, aderiram a essa posição”.

³³ Dirá Urbán (1989, p. 396) até mesmo que a mencionada coletânea era “apresentação fiel e popularizadora deste conceito no domínio da literatura”.

Mas, do ponto de vista das tarefas diante das quais se via o PCH, ele também possuía outras credenciais: era um intelectual marxista de renome internacional, erudito, cuja reputação como “intelectual preparado” remontava na época, de acordo com Ambrus (1993, p. 419), justamente a seus escritos dos anos 30 sobre temas estéticos. Assim, Nagy (1975, p. 80) vai mais longe e afirma não haver dúvidas de que “entre 1945 e 1949, ele teve a maior parte na superação dos preconceitos anticomunistas entre escritores, artistas e intelectuais húngaros em geral, fazendo-os aceitar a ideia do socialismo e extinguindo, pelo menos aparentemente, as brasas do conflito populista-urbanista”.

Nesse sentido, Lukács enfatiza a importância da dimensão construtiva que o marxismo poderia assumir, como se lê no discurso que ele proferiu durante o III Congresso do PCH:

Se pretendemos propagar o marxismo nas fileiras da *intelligentsia*, teremos que dar uma guinada em nosso trabalho. [...] Se quisermos ter sucesso, devemos sem reservas entender as necessidades genuínas da *intelligentsia* e começar por elas. Temos que aprender a propagar o marxismo não como um dogma, mas como uma resposta viva a desafios agudos e dolorosos [...]. Não devemos limitar o marxismo a ser uma ferramenta para criticar visões burguesas errôneas. O marxismo deve entrar na era da construção e provar que nada mais pode dar a melhor resposta às questões da história e da cultura húngaras. (LUKÁCS *apud* AMBRUS, 1993, p. 420)

Dois anos antes, em 1944, Lukács (1984, p. 379) já havia inscrito o problema da democracia húngara no interior das “lutas internacionais mais amplas entre forças democráticas e reacionárias” e, portanto, considerando que qualquer mudança deve atingir “as raízes” do problema, entende que as divisões no campo progressista são improdutivas:

O crescente agravamento da situação seria um progresso se se formassem na Hungria frentes resolutas: a da revolução democrática contra a reação. Assim, contudo, alastra-se um combate atroz entre os parceiros da aliança que se tutelam mutuamente, e, ao mesmo tempo, os contrastes se tornam desbotados onde seria necessária uma nítida separação. (LUKÁCS, 1984, p. 378)

Ele tem em vista particularmente “a diferenciação enfática” e os “novos agrupamentos” que surgiram na literatura a partir das “novas circunstâncias”, isto é, depois da vitória da contrarrevolução, que havia permitido que fosse estabelecido um “programa de compromisso” (LUKÁCS, 1984, p. 373). É na esteira da liderança da *gentry* que se estabelece uma justaposição da cultura e da literatura da metrópole –

Budapeste – e da província, que passam a existir como se fossem independentes uma da outra. Descrevendo a parte da *intelligentsia* urbana, Lukács afirma que ela,

sem raízes em escala nacional, oposta à nobreza, formou-se paralelamente ao desenvolvimento do sistema capitalista de produção. O desenraizamento da *intelligentsia* urbana encontrou sua imagem na falta de firmeza de suas manifestações políticas, sociais e literárias – especialmente no início, mas em muitos aspectos ao longo de todo o seu desenvolvimento. (2013, p. 53)

Lukács considera surgimento de uma *intelligentsia* rural um dos grandes acontecimentos do período entreguerras. Na literatura produzida pelos representantes do populismo rural, revela-se a “situação social do campesinato húngaro, o sofrimento e a falta de perspectiva” (LUKÁCS, 2013, p. 57). Mas essa nova literatura também é prejudicada pela “insalubridade social dos desenvolvimentos até o momento”, que deixa nela a sua marca: “uma parte substancial da nova literatura camponesa herda o pessimismo da sociedade *gentry* em declínio, sua falta de perspectiva” (p. 57). A cisão entre “urbanos” e “populistas” é, assim, uma querela literária com graves consequências para a vida intelectual húngara, mas que tem seu *pendant* em uma hostilidade materialmente fundada entre campo e cidade³⁴. Se, por um lado, as “questões não resolvidas da vida húngara” ganham formas mais conscientes depois de 1918, por outro, as respostas não estiveram à altura³⁵. Os “novos agrupamentos”, que naquele momento assumem, de um lado, a posição ultracamponesa, e do outro, ultraproletária (cf. LUKÁCS, 2013, p. 161), apenas reatualizam a oposição urbanos-populistas. São todas “consciências de guildas”, de alguma maneira, e acabam por gerar igualmente “uma clivagem entre o radicalismo urbano e o rural [dörflichen]” (LUKÁCS, 1984, p. 377).

A partir da perspectiva da frente popular, Lukács (2013, pp. 54-5) enfatiza o

³⁴ Poucos anos antes de retornar a Budapeste, Lukács já havia se debatido com essas questões do desenvolvimento húngaro em um prefácio para uma coletânea de textos seus. Como ele descreve a situação de maneira muito clara, e como há ali semelhanças com certos desenvolvimentos do presente, cabe citar um trecho: “se a capital não conquista a hegemonia democrática em todas as questões da vida nacional, uma oposição hostil da província em relação à metrópole é inevitável, estando aquela entregue a ideologias retrógradas e reacionárias. Essa tendência se manifestou de forma especialmente acentuada na Hungria, uma vez que o desenvolvimento do capitalismo ocorreu dentro dos limites de escombros feudais que subsistiam, principalmente em relação à divisão da terra. Em consequência, o campesinato suportou todo o fardo econômico da rápida capitalização, sem ter recebido, como nas revoluções vitoriosas do Ocidente, terra e liberdade. [...]. Essa antipatia não se limita ao campesinato. A classe média da província experimentou a destruição capitalista do idílio do atraso patriarcal sem que recebesse qualquer compensação da cultura urbana que se desenvolvia juntamente com o capitalismo” (1984, p. 373).

³⁵ “A questão da relação entre a cidade e o interior [*Dorf*] já sinalizava claramente a necessidade de uma aliança de luta entre trabalhadores e camponeses [*Bauern*]” (LUKÁCS, 1984, p. 375), o que não veio a se concretizar.

quanto essa divisão “entre os elementos progressistas da cidade e do campo” era pernicioso, já que “possibilitou que a contrarrevolução desenvolvesse suas tendências reacionárias de forma cada vez mais poderosa, até culminar no breve e ignominioso reinado do regime fascista húngaro, que foi tão desastroso para o nosso país”. Com *Literatura e democracia*, Lukács realiza o que chama de “um criticismo voltado para o futuro” e aponta um caminho para se superar essa clivagem, possibilitado pela mudança na situação política e econômica³⁶.

Somente um criticismo voltado para o futuro pode indicar o caminho que leva à renovação genuína da literatura: uma luta contra o legado oneroso do passado e contra os remanescentes ideológicos decadentes e reacionários; a luta para criar associações de trabalhadores e camponeses em todos os domínios da cultura, como garantia de que a futura literatura húngara – assim como foi com os maiores representantes individuais da literatura húngara daquela época – não mais reconhecerá a falsa e prejudicial dualidade entre cidade e campo, literatura populista e “urbanista”. (LUKÁCS, 2013, p. 103).

O que isso significa? Finalmente, está ao alcance da sociedade húngara romper com as “tendências do século após a derrota da Revolução de 1848, tendências que são insalubres, antissociais e que obstruem o desenvolvimento da literatura” (LUKÁCS, 2013, p. 64). Sob essas condições, como resultado delas, a literatura húngara também começa a mudar e a “dualidade entre cidade e campo, literatura populista e ‘urbanista’” dá lugar a uma outra forma de literatura: ela, sim, adequada à democracia popular (cf. LUKÁCS, 2013, p. 62). Essa forma é o realismo.

Quando se posiciona em favor do realismo, Lukács retoma diversos aspectos que haviam sido tratados com mais vagar nos textos escritos durante o exílio moscovita. Balzac e Tolstói são mencionados mais de uma vez, como representantes do “grande realismo”, como grandes escritores do século passado. Tal como antes, a defesa do realismo não equivale a um refúgio no passado, uma aclamação do velho estilo, da velha técnica, como se essas referências devessem servir de modelo. Ali como aqui, o que interessa a Lukács é “reconhecer e reafirmar a função humanística da arte, que é a de redimir o homem e a humanidade em tempos desfavoráveis e elevá-los em tempos favoráveis.” (LUKÁCS, 2013, p. 200).

³⁶ De acordo com alguns comentadores, esse propósito teria influenciado na edição do livro, o que se percebe quando as versões dos textos são comparadas, cf. Kenyeres (1989, p. 389). Kenyeres (1989, p. 391) defende ainda que já no livro de 1944 Lukács procurava suavizar o tom de sua crítica, sem renunciar a seus princípios, com o que Sótér (1993, p. 479) já não concorda. Para ele, esse livro seria um tanto inflexível.

Ali como aqui, ele explicita como o realismo é o correspondente, na arte, de um certo tipo de comportamento e de vida – o da pessoa ativa – que se relaciona a uma possibilidade de inteligibilidade do mundo (cf. LUKÁCS, 2013, pp. 9-10). Só é possível senti-la, experienciá-la, retratá-la “se ela se manifesta como a racionalidade objetiva da vida social”. Uma vida enclacrada não permite isso, pois “a razão construída a partir de elementos puramente subjetivos e apenas projetada na realidade objetiva inevitavelmente se depara com esse meio sem sentido e se despedaça” (LUKÁCS, 2013, p. 179). Por isso, a “visão de mundo humanística dos grandes realistas também significa que, para eles, a dualidade entre os assuntos privados e públicos, entre a pessoa privada e o cidadão, foi suspensa” (LUKÁCS, 2013, p. 48). Se recuperamos a discussão que Lukács faz a respeito da democracia, da necessidade incontornável de que as massas participem de forma genuína, para que a democracia possa ter, de fato, esse nome, não surpreende quando ele então conclui que “os grandes realistas — em suas obras e representações — são sempre aliados da democracia, quer saibam ou não, e quer gostem ou não; desde que realmente sejam grandes realistas” (LUKÁCS, 2013, p. 50).

O caso húngaro seria bastante simples nesse ponto: foram os “grandes poetas, Petőfi, Ady e Attila József” que representaram de maneira mais consistente o ideal democrático (LUKÁCS, 2013, p. 160). Eles deram voz ao “páthos da cidadania” (LUKÁCS, 2013, p. 64). Na medida, contudo, em que o desenvolvimento nacional se deu com base em compromissos, excluindo a “nação do povo”, que “tem sido apenas o objeto, e não o sujeito do destino nacional” (LUKÁCS, 2013, p. 160), esses “grandes poetas” permaneceram figuras isoladas, mesmo tendo se originado na vida do povo. Não foi possível constituir uma tradição do grande realismo no sentido francês ou russo, “o realismo especificamente moderno do século XIX”, influenciado de maneira decisiva pelas “tendências sociais democráticas” (LUKÁCS, 2013, p. 51). O que Lukács espera é que essas figuras possam ser, finalmente, retiradas de seu isolamento: “se esperamos dos escritores da nova democracia húngara uma literatura realista nova e grandiosa, o que realmente esperamos deles é uma renovação atualizada das grandes tradições húngaras” (LUKÁCS, 2013, p. 65).

Lukács remete às discussões da época do exílio moscovita, para lembrar a seus interlocutores que suas posições a respeito da natureza da relação de grandes escritores com a tradição não se originaram no debate que estava em curso (cf. 2013, p. 157). Ao mesmo tempo, ele não ignora o que isso significa particularmente no caso

dos escritores húngaros:

Por um lado, a literatura húngara não pode renunciar à tentativa de desenvolver gêneros que compreendam a totalidade social objetiva, o que significa que esses esforços, na medida em que desejam se conectar com as tradições húngaras, devem olhar para outro lugar que não as figuras centrais da história literária. Por outro lado, a convergência milagrosa da grandeza lírica e da consistência democrática nas figuras centrais de nossa literatura pode facilmente levar à injustiça e à avaliação errônea de grandes valores se virmos nelas uma medida infalível e esquematicamente aplicável para toda avaliação de significado literário. (2013, p. 161)

Ou seja, quando Lukács (2013, p. 23) fala de uma “renovação atualizada das grandes tradições húngaras”, quando ele defende a “reanimação de uma tradição popular verdadeiramente nacional e a criação de uma nova tradição nacional, mesmo quando os grandes nomes do legado cultural permanecem no lugar (Petőfi)”, ele não tem – e nem poderia ter – em vista relações servis com o passado. Antes, ele mostra o ponto de contato entre os pioneiros da literatura húngara recente e o que há de melhor na cultura dos trabalhadores: “o profundo reconhecimento de que a pessoa verdadeiramente inteira é também a pessoa pública, o reconhecimento de que não há problema de vida pessoal e individual que não esteja também entrelaçado com a vida pública” (2013, p. 23). Ele busca, portanto, fazer com que se precipitem relações que talvez sejam subterrâneas, mas que são, ainda assim, atuantes e “oferecem um enorme apoio para qualquer transformação social contemporânea” (LUKÁCS, 2013, p. 61). Pouco antes, ele havia sintetizado com clareza essa orientação:

O verdadeiro sentido da série de Ady é reconhecer essa tendência progressiva da história húngara (que muitas vezes permaneceu oculta, escondida), expô-la e usá-la na vida prática, e não permanecer na superfície predominantemente reacionária e distorcer os grandes nomes do passado à sua imagem. Entendidas dessa forma, a história e a história literária também são de suma importância política para a apreensão correta das tarefas atuais. (1984, pp. 383-4)

Uma dialética entre necessidade e contingência

Péter Nagy (1975, p. 76) relembra que Lukács gostava de mencionar o episódio de seu retorno para a Hungria em 1918 como um exemplo da dialética entre necessidade e contingência: ele havia sido guiado a fazê-lo por causa de “problemas privados” e não por “considerações teóricas”. Já o segundo retorno a Budapeste, em 1945, foi o contrário: ele resultou de um desenvolvimento interior e foi uma decisão consciente. A partir do que vimos, analisando a atividade de Lukács entre 1945 e 1949, bem como seus antecedentes durante o período do exílio em Moscou, parece

acertado dizer que Lukács foi movido por “considerações teóricas” ao recusar as ofertas do espaço de língua alemã³⁷: na Hungria, ele esperava poder “praticar mais plenamente suas teorias, transformando em literatura socialista viva e em atividade pública socialista democrática aquilo que ele havia elaborado ao longo dos anos em seus escritos políticos e estéticos” (NAGY, 1975, p. 78). Chegando lá, ele também se deparou com circunstâncias favoráveis que permitiram que ele continuasse com a linha da frente popular:

O grupo Rákosi notou que, na corrida contra a socialdemocracia, essa direção crítica é apropriada para aproximar do Partido Comunista a melhor e maior parte da intelectualidade. Por isso, até a unificação de ambos os partidos, admitiu-se sem contestação minha atividade como crítico. Mesmo quando eu defendi a democracia direta; mesmo quando eu chamei *partisans* aos poetas partidários; mesmo quando eu – excluindo qualquer intromissão administrativa – declarei a direção comunista da cultura como puramente ideológica; mesmo quando enfatizei que considero, com efeito, o marxismo o Himalaia das visões de mundo, mas, ainda assim, não reconheço que o coelhinho que ali saltita seja um animal maior do que o elefante do deserto – mesmo então não houve qualquer tipo de crítica pública contra mim. (LUKÁCS, 2023, p. 256)

Havia, ao que tudo indica, uma atmosfera muito diferente daquela que caracterizará o período seguinte, que conheceu uma rápida stalinização da Hungria, embora, em parte da historiografia, ambos sejam considerados em bloco como o momento de construção da democracia popular³⁸. A bandeira da democracia popular vinha sendo propagada pelo PCH desde o final da guerra. Internamente, a discussão sobre a natureza da democracia popular, especialmente em relação à ditadura do proletariado, ainda não havia alcançado um consenso. Assim, como sugere Miller (2013, p. XIII), Lukács vivenciou esse período provisório como um “momento histórico especial”. Ele via uma oportunidade para promover uma genuína transição democrática, seguindo sua concepção, que remontava às *Teses de Blum*, de que “a democracia popular é um socialismo que nasce da democracia” (LUKÁCS, 2017, p. 149). Os dirigentes do PCH agiam com extrema liberalidade em relação a esse programa: “o particular do período entre 1945 e 1948 é que me permitiam tudo” (gd entrevista 159). Assim, não surpreende que Lukács acreditasse “na solidariedade da

³⁷ Nagy (1975, p. 78) afirma que é fato conhecido que “a liderança do Partido Comunista Alemão fez um convite muito enfático para que ele voltasse ‘para casa’ na Alemanha, para a vida intelectual à qual ele estava ligado não apenas na juventude, mas também por um importante período como trabalhador do partido, além de uma parte substancial de sua atividade crítica.”

³⁸ Um exemplo é Hoensch (1991).

política cultural que me era – taticamente – permitida” (LUKÁCS, 2017, p. 211).

O que ele vem a identificar só depois é justamente essa dimensão “tática” da solidariedade com seu programa cultural: “regresso à pátria com esperanças. Seu fundamento (muito temporário): tática de Rákosi e Gerő”. A base objetiva de sua atividade era, desse ponto de vista, ilusória (cf. LUKÁCS, 1970, p. 238). “Rakósi e seu pessoal” viam a questão de maneira utilitária: mesmo não concordando com Lukács quanto à “evolução democrático-popular do socialismo”, num primeiro momento eles o toleraram, sem opor qualquer forma de resistência à sua atuação, porque ela era uma propaganda favorável do Partido comunista junto ao Partido socialdemocrata. “De sua indiferença ideológica”, conclui Lukács, “liberdade para mim” (LUKÁCS, 2017, p. 211). Mas, quando a “opinião em Moscou” a respeito da natureza da democracia popular mudou, tão logo Rákosi e Gerő também se adaptaram (LUKÁCS, 2017, p. 148)³⁹.

Lukács, contudo, não abandonou seu ponto de vista, mesmo que tenha realizado uma autocrítica, forçado pelas circunstâncias⁴⁰. Quando István Eörsi pergunta durante a entrevista de *Pensamento vivido* se ele acreditava na possibilidade de concretização de uma “evolução democrático-popular [...] se os fatores de política externa não tivessem sido tão graves”, Lukács assente, ponderando que também teria sido necessário que não houvesse stalinismo na União Soviética (LUKÁCS, 2017, p. 149). Afinal, como pontua Ambrus, a “democracia popular enquanto transição significava para Lukács o reconhecimento e o programa social da importância história da mediação” (1993, p, 428).

Assim, suas reflexões durante os anos 1940 a partir da conjuntura húngara são importantes para se compreender a obra tardia do filósofo, em que ele retoma a

³⁹ De acordo com Urbán (1989), essa mudança de curso, seguida de uma “onda crítica” no ano seguinte, começa a se desenhar pouco depois da publicação da coletânea *Literatura e democracia*. M. Farkas e J. Revái participaram do congresso de formação do Kominform em 1947, na Polônia, e de lá eles voltaram convencidos de que o trabalho teórico no PCH estaria atrasado em relação ao que havia sido realizado pelos outros partidos comunistas. Em seu relatório, eles constatavam que havia uma necessidade de revisar as elaborações teóricas sobre o curso da democracia popular húngara. Revái continuou defendendo por um tempo a validade da via húngara rumo ao socialismo, mas realiza uma autocrítica ainda em 1948 (URBÁN, 1989, p. 404). Nesse mesmo ano, o Kominform recomendou a unificação dos partidos trabalhistas, o que aconteceu em seguida, dando origem ao MDP. No final de 1948, a direção central do MPD se decide pela tendência da liquidação do pluripartidarismo. A resolução de liquidação da frente popular acontece em um contexto de autocrítica do partido, que revê também seu regime de poder, adotando em alguma medida a fórmula de Stálin de que “a democracia popular cumpre as funções básicas da ditadura do proletariado” (URBÁN, 1989, p. 403).

⁴⁰ A respeito da campanha movida contra Lukács em 1949, cf. Infranca (2021, pp. 150 ss); Oldrini (2017, p. 199 ss); Urbán (1989, pp. 404 ss).

relevância da democracia para o socialismo, ao mesmo tempo em que aponta para a incompatibilidade entre o capitalismo e a democracia, empreendendo uma dura crítica do liberalismo e da democracia formal. Mas esses trabalhos também são cruciais para se compreender a realização parcial daquele projeto que Lukács ambicionou durante os anos 1930, ao discutir os problemas do realismo: mostrar como a estética faz parte organicamente da teoria marxista.

Mas, parece-nos, é possível reivindicar a atualidade desses escritos para além de uma compreensão mais aprofundada da evolução intelectual de Lukács, o que foi nosso objetivo com esse texto. Neles se encontra uma reflexão cerrada sobre os limites de um progressismo desenraizado, bem como do chauvinismo, do provincianismo (que não é exclusividade da província), das caricaturas nacionalistas que tanto abundam, hoje, ainda. Neles se encontra uma defesa vigorosa da cultura através de um programa realista, que, mesmo sendo geral demais, ainda ressoa. Neles se encontra, finalmente, uma descrição das diversas figuras que a revolta conformista pode assumir, sem escamotear o difícil reconhecimento de que essa revolta, por mais que ela seja insuficiente e, no limite, perigosa, expressa, ela mesma, uma insuficiência de nossa realidade social.

Referências bibliográficas

- AMBRUS, J. "Return home with hopes". Em: ILLÉS, L. *et al.* **Hungarian studies on György Lukács** v. II. Trad. de Iván Sellei. Budapest: Akadémiai Kiadó, 1993.
- BAEHRENS, K. Preface (1922). Introducing new agendas. In: **Dissonância**, v. 7, 2023.
- BENSELER, F. "Zur Politik: Einleitung". In: LUKÁCS, G. **Revolutionäres Denken**. Darmstadt e Neuwied: Luchterhand, 1984.
- COTRIM, A. **Literatura e realismo em György Lukács**. Porto Alegre: Zouk, 2016.
- FREDERICO, C. "A presença de Lukács na política cultural do PCB e na universidade". In: MORAES, J. Q. (Org.) **História do marxismo no Brasil** v. 2. Campinas: Unicamp, 1995.
- HOENSCH, J. K. **Ungarn**. Handbuch. Hannover: Fackelträger, 1991.
- INFRANCA, A. O retorno de Lukács para a Hungria comunista. Trad. de Ranieri Carli e Elisabeth Hess. **Anuário Lukács**, v. 8, 2021.
- KENYERES, Z. "Die ungarischen Studien von Georg Lukács bis 1945". In: Sziklai, L. (Org.) **Lukács aktuell**. Budapest: Akadémiai Kiadó, 1989.
- KÖPECZI, B. "Der Kulturbegriff von Georg Lukács 1945-1948". Trad. de Ágnes V. Meller. In: SZIKLAI, L. (Org.) **Lukács aktuell**. Budapest: Akadémiai Kiadó, 1989.
- KÖPECZI, B. **Trente années de la culture hongroise**. Une révolution culturelle. Trad. de Aimée Martel. Gyoma: Corvina Kiadó, 1982.
- LUKÁCS, G. "Der Kampf zwischen Liberalismus und Demokratie im Spiegel des historischen Romans der deutschen Antifaschisten". In: ARNOLD, Heinz L. (Org.) **Deutsche Literatur im Exil 1933-1945**. Band I: Dokumente. Frankfurt am Main: Athenäum Fischer Verlag, 1974.
- LUKÁCS, G. "Die verbannte Poesie". In: **Schicksalswende**. Berlin: Aufbau, 1956a.

- LUKÁCS, G. Meu caminho até a cultura húngara [1969]. *Anuário Lukács*, v. 10, n. 2, dez. 2023.
- LUKÁCS, G. “Sozialismus als Phase radikaler, kritischer Reformen” [1969]. In: **Marxismus und Stalinismus**. Reinbek bei Hamburg: Rowohlt, 1970.
- LUKÁCS, G. “Von der Verantwortung der Intellektuellen” [1948]. In: **Schicksalswende**. Berlin: Aufbau, 1956b.
- LUKÁCS, G. “Vorwort” [1967]. In: **Frühschriften II**, Werke Bd 2. Neuwied e Berlin: Luchterhand, 1968.
- LUKÁCS, G. *Der historische Roman*. In: **Probleme des Realismus III**, Werke Bd. 6. Neuwied e Berlin: Luchterhand, 1965.
- LUKÁCS, G. *Gelebtes Denken*. In: **Autobiographische Texte und Gespräche**. Werke, Bd. 18. Bielefeld: Aisthesis, 2005.
- LUKÁCS, G. **Lukács György levelei Lifšic, Mihail Aleksandrovič-nak** [Correspondência entre Lukács e Lifschitz]. Disponível em: <https://realms.mtak.hu/19673/1/Lukacs_lev_25_1077_Lifsic_2.pdf>. Acesso em: 23 set. 2024.
- LUKÁCS, G. **Pensamento vivido: autobiografia em diálogo**. Trad. Cristina Alberta Franco. São Paulo: Instituto Lukács, 2017
- LUKÁCS, G. **The culture of people’s democracy**. Hungarian Essays on literature, art, and democratic transition, 1945-1948. Trad. T. Miller. Leiden e Boston: Brill, 2013.
- LUKÁCS, G. „Thesenentwurf über die politische und wirtschaftliche Lage in Ungarn und über die Aufgabe der KMP (Blum-Thesen)„. In: **Demokratische Diktatur**. Darmstadt e Neuwied: Luchterhand, 1979.
- LUKÁCS, G. “Aristokratische und demokratische Weltanschauung” [1946]. In: **Schriften zur Ideologie und Politik**. Neuwied e Berlin: Luchterhand, 1967.
- LUKÁCS, G. “Die Verantwortung der Schriftkundigen” [1944]. In: ILLÉS *et al.* **Befunde und Entwürfe**. Berlin: Akademie-Verlag, 1984.
- LUKÁCS, Georg. **Grand Hotel “Abgrund”**. Disponível em: <https://realms.mtak.hu/21580/1/Lukacs_kez_32_230.pdf>. Acesso em: 20 set. 2024.
- MILLER, T. “The Phantom of Liberty: György Lukács and the Culture of ‘People’s Democracy’”. In: LUKÁCS, G. **The culture of people’s democracy**. Hungarian Essays on literature, art, and democratic transition, 1945-1948. Trad. de T. Miller. Leiden e Boston: Brill, 2013.
- NAGY, P. Lukács and Hungarian literature. *New Hungarian Quartely*, v. 26, n. 60, ago. 1975.
- NETTO, J. P. “Georg Lukács: um exílio na pós-modernidade”. In: LESSA, S.; PINASSI, M. (Org.) **Lukács e a atualidade do marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- OLDRINI, G. “Hungria pós-1945: República popular e ‘democracia de novo tipo’” e “A forma cultural da militância de Lukács”. In: **György Lukács e os problemas do marxismo do século XX**. Trad. Mariana Andrade. Maceió: Veredas, 2017.
- OPAT, A. “Do antifascismo aos ‘socialismos reais’: as democracias populares”. In: HOBBSAWN, E. (Org.) **História do marxismo** v. 10. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio N. Henriques. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- PETER, C.; PEREIRA NETO, M. L. “A casa está em chamas”: apresentação à conferência “O espírito europeu”. *Verinotio*, v. 27, n. 1, jan./jun. 2021.
- SOTÉR, I. “Realism and Democracy György Lukács after the Liberation”. In: ILLÉS, L. *et al.* **Hungarian studies on György Lukács** v. 2. Trad. József Kovács. Budapest: Akadémiai Kiadó, 1993.
- SZABÓ, A. “Georg Lukács und die ungarische Arbeiterbewegung 1918-1930”. In: SZIKLAI, L. (Org.) **Lukács aktuell**. Budapest: Akadémiai Kiadó, 1989.
- SZABÓ, E. K. “From the Program of Literary Unity to the Defensive:

- György Lukács and the Forum”. In: ILLÉS, L. *et al.* **Hungarian studies on György Lukács** v. 2. Trad. József Kovács. Budapest: Akadémiai Kiadó, 1993.
- TÓTH, I. “Die Ansichten von Georg Lukács über die bildungspolitischen Fragen der Koalitionszeit (1945-1948). In: SZIKLAI, L. (Org.) **Lukács aktuell**. Budapest: Akadémiai Kiadó, 1989.
- URBÁN, K. “Lukács und die ungarische Volksdemokratie”. In: SZIKLAI, L. (Org.) **Lukács aktuell**. Budapest: Akadémiai Kiadó, 1989.

Como citar:

ALVES, Paula. Retorno a Budapeste: Lukács, democracia e realismo. *Verinotio*, Rio das Ostras, v. 29, n. 2, pp. 361-393; jul.-dez., 2024